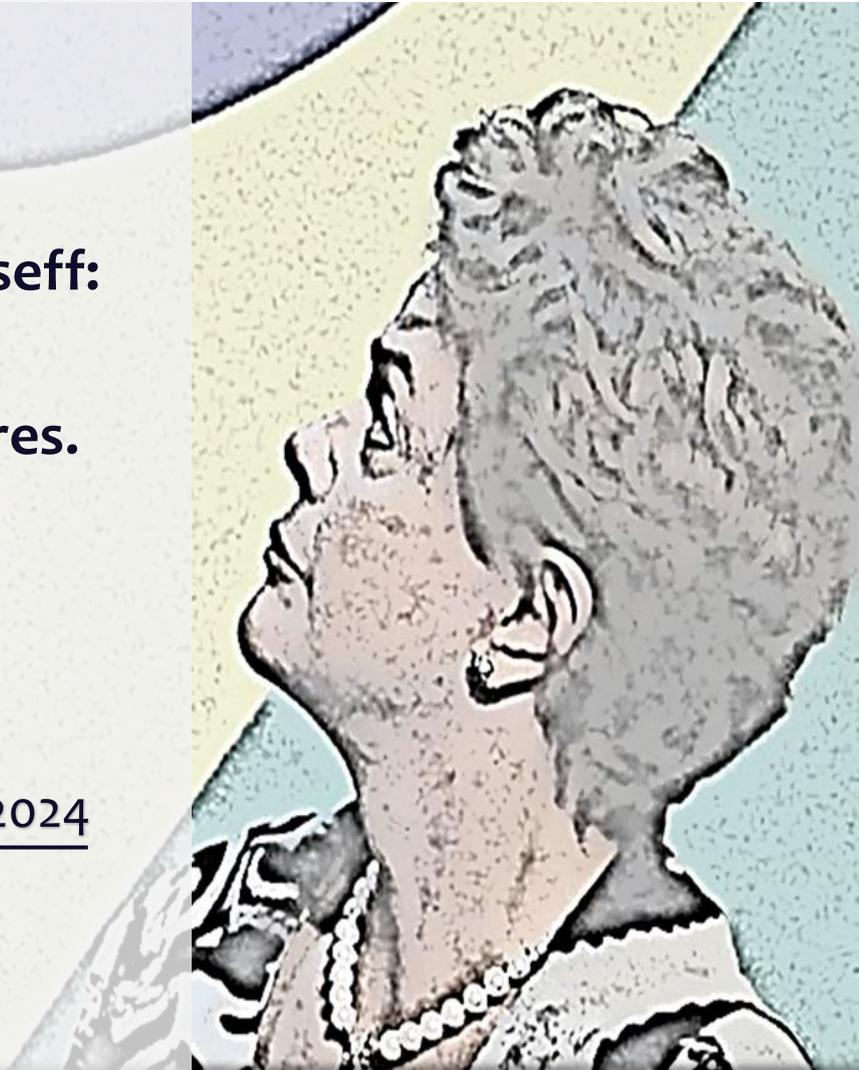


O Governo Dilma Rousseff: trajetória, política econômica e indicadores.

Texto para Discussão 08-2024



25 de Abril de 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvi-
mento Socioeconômico – PPGDSE
Grupo de Análise da Política Econômica - GAPE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA

REITOR

Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO (AGEUFMA)

Prof. Dra. Flávia Raquel Fernandes do Nascimento

DIRETORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – DPIT

Profa. Dra. Teresa Cristina Rodrigues dos Santos Franco

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Prof.^a Dra. Lindalva Martins Maia Maciel

COORDENADORA DO CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Prof. Dr. Saulo Pinto Silva

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Prof. Dr. Rodrigo Gustavo de Souza

GRUPO DE ANÁLISE DA POLÍTICA ECONÔMICA - GAPE

Prof. Dr. Aleksandro Sousa Brito

Textos para Discussão é uma publicação seriada que divulga resultados de estudos, pesquisas e ensaios, em elaboração, pelo Grupo de Análise da Política Econômica – GAPE, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com o objetivo de promover o debate e subsidiar a formulação e análise das políticas públicas.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista do GAPE, do PPGDSE ou da UFMA.

É vedada a reprodução desta publicação para fins comerciais. A reprodução para outros fins está autorizada desde que citada a fonte.

Crédito de Imagem: a imagem da capa é do título Fix, 'The Trouble With Human Capital Theory', de Blair Fix, do site <https://capitalaspower.com/tag/human-capital-theory/>. A imagem foi tratada e editada por Alex Brito, a quem muito agradecemos pela colaboração.

O GOVERNO DILMA ROUSSEFF: trajetória, política econômica e indicadores

João Bosco Mousinho Reis¹
Alex Brito²

Este texto tem por objetivo apresentar um panorama sucinto e introdutório sobre o governo Dilma Rousseff contemplando aspectos econômicos e políticos. Desta forma, na primeira sessão será apresentada a trajetória da presidente, desde a sua participação no governo Lula até a sua chegada a presidência da república, perpassando pela crise política que culminou na sua deposição, resultado do processo de *impeachment*. Na segunda sessão, são apresentadas as principais políticas econômicas implementadas durante os seis anos do governo Dilma, abordando o período de vigência, os objetivos de cada fase, os instrumentos de política econômica utilizados e os resultados alcançados. Na terceira sessão, propõe-se uma análise do desempenho dos principais indicadores macroeconômicos correlacionados com as respectivas políticas econômicas, de modo a se observar os resultados gerados em contraposição aos objetivos de cada política.

Ascensão e queda do governo Dilma Rousseff .

Em seu discurso de posse no Congresso Nacional, em 1º de janeiro de 2011, a economista Dilma Rousseff declarou que o seu objetivo na presidência do Brasil seria o de consolidar a obra transformadora do seu predecessor e padrinho político, o presidente Lula (Senado Federal, 2011). A presidente Dilma lembrou que o governo Lula foi capaz de gerar muitos empregos, dar fim a dependência do país ao Fundo Monetário Internacional e reduzir a dívida social com melhoria das condições gerais de vida de milhões de brasileiros. A presidência da república era o primeiro cargo alcançado por Dilma Rousseff via pleito eleitoral, após ter ocupado na administração pública federal inicialmente o cargo de Ministra de Minas e Energia e posteriormente assumido como Ministra-chefe da Casa Civil, ambos durante o governo de Lula. Em 2010, foi escolhida pelo Partido dos Trabalhadores para concorrer à eleição presidencial, vindo a ser a primeira mulher eleita à presidência do Brasil, ao derrotar José Serra (PSDB) no segundo turno das eleições presidenciais de 2010.

¹ Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pelo PPGDSE/UFMA.

² Doutor em Desenvolvimento pelo CPDA/UFRRJ.

De volta ao discurso de posse, a presidente assumiu o compromisso de manter a estabilidade dos fundamentos macroeconômicos, em especial a estabilidade de preço, garantindo que, sob nenhuma hipótese, o seu governo permitiria que a “praga” da inflação voltasse a castigar os mais pobres. A presidente sinalizou que a via para crescimento econômico do país, em seu governo, se daria através do desenvolvimento dos setores industrial, agropecuário, agricultura familiar e microempreendedores com potencial exportador.

Seria prioridade do novo governo, o incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação para aumentar produtividade e competitividade do país. A presidente fez referência a importância do investimento público como indutor do investimento privado e como um instrumento para o desenvolvimento econômico do país. A presidente pontuou que o caminho para uma nação desenvolvida não pressupunha somente o crescimento econômico, mas abrangia também o avanço social e a valorização da diversidade cultural do país. Dentro do rol de investimentos previstos no seu governo, a mandatária destacou o Plano de Aceleração do Crescimento, o Programa Minha Casa Minha Vida e os investimentos em infraestrutura necessários para a realização da Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). Dilma Rousseff encerrou o discurso afirmando que estava imbuída de coragem para enfrentar os desafios do cargo de governar o Brasil.

Nos meses seguintes, o novo governo pôs em andamento uma política econômica com viés desenvolvimentista no âmbito do Plano Brasil Maior, decreto nº 7.540, de 2 de agosto de 2011, composto por estímulos à inovação e produção nacional. O objetivo era melhorar a competitividade de indústria, tanto interna como externamente, utilizando-se das competências das empresas na academia e na sociedade para gerar empregos e renda para o Brasil (Victorino, 2019).

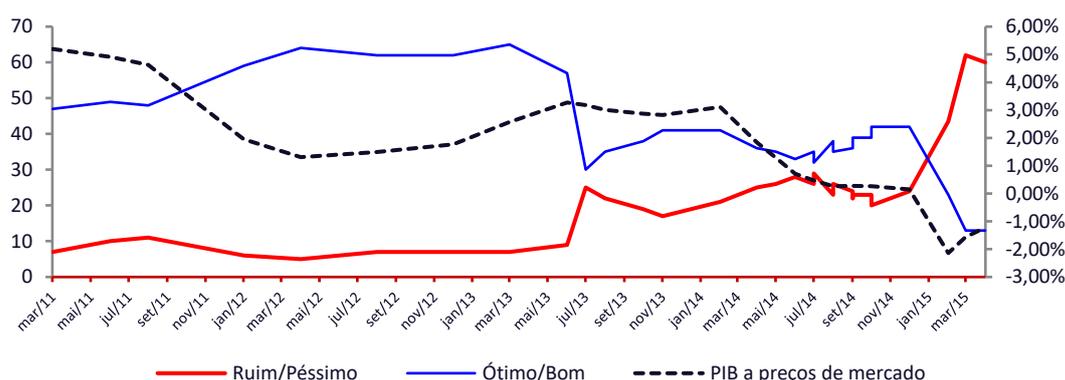
Porém, em muitos aspectos, o resultado obtido foi contrário aos objetivos pretendidos pelo governo. A atividade econômica não acelerou e, mais que isso, o PIB apresentou um comportamento errático ao longo do tempo. A indústria teve a pior taxa de crescimento para o período de 2011 a 2014 a despeito da intenção do governo de fortalecê-la, as exportações do país cresceram menos do que nos quatro anos anteriores e somente a agropecuária manteve o padrão de crescimento do governo anterior (Souza, 2019).

Apesar do mau desempenho da economia no primeiro mandato, a presidente Dilma Rousseff consegue a reeleição no pleito de 2014. Contudo, seu segundo mandato foi breve, uma vez que, em 2015, houve aprofundamento da deterioração dos fundamentos macroeconômicos com queda acentuada

da atividade econômica, aceleração inflacionária e aumento do desemprego. Somou-se a isso, as denúncias de corrupção reveladas pela operação Lava-Jato que, na época, apontavam para o envolvimento majoritário de políticos do Partido dos Trabalhadores (PT) e da base aliada da presidente.

Em março de 2015, ante as denúncias de corrupção e a piora da economia, ocorreram uma série de manifestações populares nas ruas, de vários estados da federação, contra os governos Dilma, Lula e o PT, o que repercutiu fortemente na mídia brasileira. Neste contexto, a popularidade da presidente Dilma, que em dezembro de 2014, contava com 42% de aprovação, caiu abruptamente para 13% de aprovação em abril de 2015. Além disso, no período da avaliação, 60% da população considerou o governo como ruim/péssimo, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1 - Avaliação da Presidente Dilma Rousseff x PIB. Resposta estimulada e única, em %.



Fonte: DATAFOLHA, FGV/IBRE, IBGE e BACEN/FOCUS para 2015 (Elaboração própria).

Em 31 de agosto de 2016, após 180 dias afastada do cargo devido a instauração do processo de *impeachment*, movido em decorrência de irregularidades fiscais, a presidente Dilma Rousseff teve o seu mandato presidencial cassado e o seu vice, Michel Temer, assumiu a presidência do Brasil.

O que explica o *impeachment* de presidente pouco tempo após a sua reeleição? De acordo com Pérez-Liñan (2016), com base em casos recentes ocorridos na América Latina, a exemplo de Fernando Collor em 1992, as crises presidenciais que resultaram em renúncias e processo de *impeachment* sugerem a existência de padrão de instabilidade composto por cinco fatores: situação econômica desfavorável, escândalos midiáticos, falta de apoio parlamentar e mobilizações nas ruas contra o presidente.

Neste contexto, o desempenho da economia é um fator determinante para a manutenção do presidente no poder, pois ainda que haja escândalo de corrupção contra o governo, se a economia estiver em ciclo de crescimento e a população estiver satisfeita, esta estará disposta a respaldar o presidente, caso o Congresso tente iniciar um processo de *impeachment*. Isso porque os parlamentares devem considerar o custo político de votar contra o governo de um presidente que no momento conta com amplo apoio popular (Chagas, 2016).

Pérez-Liñan (2016) chama esse apoio ao presidente de *Escudo Popular* e pondera que tal escudo debilita fortemente em períodos de instabilidade, com recessão econômica e inflação. No caso da presidente Dilma, Martins *et al.* (2019) consideram que é possível afirmar, através de exercícios estatísticos, que a avaliação negativa por parte da população sobre o desempenho da economia somada as denúncias de corrupção ocorridas em 2015 impactaram negativamente na avaliação da presidente Dilma, o que, segundo os autores, corrobora a ideia de enfraquecimento do escudo popular proposta por Aníbal Pérez-Liñán.

Outro conceito defendido por Pérez-Liñan (2016) que ajuda a entender o conflito político que pode levar ao *impeachment* é o *Escudo legislativo* do presidente. Ele é composto por um grupo de membros no Congresso que estão dispostos a apoiar o presidente quando acontecem mobilizações populares pedindo a renúncia do governante. O Escudo Legislativo é tão forte quanto o tamanho da coalizão partidária do presidente e a sua coesão interna.

Pérez-Liñan (2016) avalia que, embora a presidente Dilma contasse, em 2016, com o apoio de uma parte dos cidadãos, as pesquisas indicavam que a população estava majoritariamente contra a presidente. Tal fator abriu espaço para o Congresso Nacional avançar contra o seu governo em nome apenas dos interesses dos congressistas, sem se preocupar em arcar com o custo político de votar contra um governo outrora popular, mas que naquele momento se encontrava enfraquecido frente a opinião pública.

Por outro lado, Limongi (2017) enfatiza que no início de dezembro de 2015, quando o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou a instauração do processo contra a presidente, ela tinha ao seu lado doze partidos que controlavam um número próximo de 300 cadeiras na Câmara, o que lhe conferia amplo apoio no Congresso. Vale ressaltar que a coesão entorno da presidente inviabilizava as chances de sucesso da oposição em depô-la, caso contasse apenas com suas forças para isso. Contudo, em pouco tempo, a base de apoio da presidente “mudou de lado” aumentando a

força da oposição. Ao final do processo, do total dos votos contra a presidente, 52% vieram justamente dos partidos que a apoiavam Limongi (2017). Foi o fim do Escudo Legislativo.

Para Limongi (2017), a perda de atração da presidente se deve ao fato de que muitos dos 366 deputados que selaram seu destino estavam de alguma forma enredados na Operação Lava Jato. Assim, a exemplo do presidente da Câmara Eduardo Cunha, desafeto declarado da presidente, os deputados viram no novo possível governo de Michel Temer a “tábua de salvação” que Dilma “não quis, não soube ou foi incapaz de oferecer a sua base aliada” contra as denúncias de corrupção no âmbito da operação Lava Jato. Limongi (2017) ressalva que, não por acaso, dos doze partidos que apoiavam o governo Dilma, nove passaram a integrar o governo Temer.

Desse modo, pode-se inferir que o fraco desempenho da economia no primeiro mandato da presidente Dilma não foi visto pela população como motivo suficiente para apeá-la do poder na ocasião da reeleição. Porém, o aprofundamento da crise econômica em 2015, somado as denúncias de corrupção direcionadas não apenas ao PT, mas também aos membros dos partidos políticos que a apoiavam, foi o estopim para a sequência de eventos que culminaram na sua deposição da presidência do Brasil em 31 de agosto de 2016.

Desta forma, temos que o desempenho da economia, além de sua importância intrínseca para o desenvolvimento do país, se fez pesar sobre o fim prematuro do segundo mandato da presidente Dilma e, assim, se faz necessária a análise das principais políticas econômicas por ela desenvolvidas ao longo dos seis anos de mandato, bem como os resultados obtidos em contraposição aos objetivos pretendidos de cada política. Para tanto, na sessão a seguir apresenta-se uma síntese do que foram as principais políticas econômicas do governo Dilma seguida das análises dos resultados obtidos.

Principais Políticas Econômicas do governo Dilma Rousseff.

Primeiro mandato.

Os primeiros meses do governo Dilma Rousseff foram marcados pela adoção de medidas de política monetária e fiscal contracionista com a justificativa de que o crescimento de 7,5% da economia no ano anterior pudesse levar a inflação a extrapolar o limite superior da meta, à época, fixada em 6,5%. Desta forma, o Banco Central do Brasil, sob a administração de Alexandre Tombini, elevou a taxa de juros para 12,5% em julho de 2011 e o superávit primário, seguindo a tendência do governo anterior, manteve trajetória ascendente até junho de 2011 (Pires; André, 2015). Como resultado, em 2011, o

superávit primário do Governo Central foi de R\$ 93,5 bilhões, superior em R\$ 14,7 bilhões (+18,7%) ao verificado em 2010 (Brasil, 2015).

De acordo com Serrano e Summa (2015), o rápido crescimento do superávit primário só foi possível graças a forte redução do investimento público que em 2011 caiu 17,9% em termos reais, além da redução de 7,8% no investimento das empresas estatais. A decisão do governo em não reajustar o salário-mínimo em 2011, algo inédito desde 1992, somada as ações macro prudenciais³ para reduzir o crédito, completaram o rol de medidas restritivas tomadas no início do governo com o objetivo de arrefecer a atividade econômica para conter a esperada aceleração inflacionária em 2011. Em resposta as medidas contracionistas, a economia desacelerou de 7,5% em 2010 para 3,9% em 2011, em contrapartida a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) se igualou ao limite máximo do teto de 6,5% (IBGE, 2012).

De acordo com Lourenço e Tayra (2021), a forte desaceleração da economia brasileira, que se seguiu ao longo dos primeiros meses de 2011, suscitou cobranças advindas dos setores empresarial, sindical e da mídia especializada sobre a política econômica adotada levando o governo a prometer publicamente um crescimento mais elevado do PIB. A resposta veio com o lançamento do “Plano Brasil Maior” - PBM, no segundo semestre de 2011, com objetivo de acelerar o crescimento econômico através do incentivo ao setor industrial, ao comércio exterior e ao setor de informação. De acordo com Lourenço e Tayra (2021), o governo Dilma acreditava que o setor industrial poderia atender a necessidade de redirecionar o modelo de crescimento voltado para as exportações e, ao mesmo tempo, estimular o investimento privado como o indutor do crescimento econômico.

O Plano Brasil Maior (PBM) foi instituído através do decreto nº 7.540, de 2 de agosto de 2011 e representava na prática uma atualização e um aprofundamento das políticas implantadas pelo governo Lula no âmbito da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) (2003-2007) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) (2008-2010), cujo o legado inclui diálogo entre o poder público, o empresariado e a sociedade; coordenação e articulação institucional governamental; e estruturas de formulação, acompanhamento e avaliação de políticas de estímulo à produção (Brasil, 2011a).

³ São ações complementares que visam proteger o sistema financeiro contra o risco sistêmico.

O PBM teve por objetivo aumentar a competitividade da indústria nacional a partir do incentivo à inovação tecnológica e à agregação de valor. O Plano Brasil Maior foi estruturado em diretrizes setoriais e temas transversais que definem o conjunto de ações a serem implantadas em setores definidos pelo governo como estratégicos para o fortalecimento da indústria nacional a saber: Sistemas da mecânica, eletroeletrônica e saúde, Sistemas intensivos em escala, Sistemas intensivos em trabalho, Sistemas do agronegócio e Comércio, Logística e Serviços pessoais.

A política industrial fora constituída por duas dimensões: sistêmica e estruturante. A dimensão sistêmica, de natureza horizontal e transversal, estava voltada para o aumento da eficiência econômica agregada a economia e para a evolução de conhecimentos estratégicos em direção à matriz tecnológica mundial. A dimensão sistêmica contemplava ações para o comércio exterior, investimento, inovação, formação e qualificação profissional, produção sustentável, competitividade de negócios, ações especiais em desenvolvimento regional, bem-estar do consumidor, condições e relações de trabalho.

Por sua vez, a dimensão estruturante estava voltada para a melhoria da eficiência produtiva, à modernização tecnológica e ao aumento da produtividade da indústria brasileira em escala internacional. Para dimensão estruturante, seriam implementadas ações para o fortalecimento das cadeias produtivas, ampliação e criação de novas competências tecnológicas e de negócios; desenvolvimento das cadeias de Banco Nacional do Desenvolvimento suprimento em energias; diversificação das exportações (mercados e produtos) e internacionalização corporativa; e a consolidação de competências na economia do conhecimento natural (Brasil, 2011a).

O Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) foi o órgão do governo responsável por financiar algumas das ações do PBM, nos quais se destacam: a criação de uma linha de crédito rotativo para apoiar o investimento em pesquisa, desenvolvimento ou inovação; criação do programa BNDES P&G, para contribuir com o desenvolvimento da cadeia de fornecedores de bens e serviços relacionados ao setor de petróleo e gás natural; melhoria e ampliação do BNDES Progeren, com o objetivo de aumentar a produção, o emprego e a massa salarial por meio de apoio financeiro para capital de giro e o programa BNDES PSI, com o objetivo de estimular a produção, aquisição e exportação de bens de capital (BNDES, 2012).

De acordo com Silva (2018), apesar de contar com mais de oitenta instrumentos de ação, o PBM concentrou sua implementação nos instrumentos fiscais, financeiros e institucionais. O primeiro possuiu caráter tributário, tais como as reduções e isenções fiscais. Os instrumentos financeiros concentraram-se em concessões de financiamentos com taxas subsidiadas por parte do governo e os instrumentos institucionais foram as mudanças nas leis, regulação setorial e convênios interministerial.

Uma das medidas implementadas no âmbito da dimensão estruturante do PBM foi a Desoneração da Folha de pagamentos e das exportações que se consistia em benefício fiscal criado através da Medida Provisória nº 540, convertida na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. O benefício substituiu a contribuição previdenciária patronal incidente sobre a folha de salários por uma contribuição incidente sobre a receita bruta, reduzindo a carga tributária da contribuição previdenciária devida pelas empresas. Inicialmente, o benefício foi concedido a apenas três setores da economia: de confecções, calçados, móveis e software sobre a justificativa de serem intensivos em mão de obra e estarem sofrendo com a concorrência de importações desleais (Brasil, 2011b).

Os objetivos eram estimular a formalização laboral, fomentar investimentos, promover o aumento da produtividade e da competitividade da economia brasileira como também melhorar a balança comercial brasileira. Em abril de 2013, através da Lei nº 12.792, o governo ampliou o conjunto de atividades produtivas beneficiadas pelas desonerações fiscais sobre a folha de pagamento vindo a abranger 56 setores da economia em 2015 e beneficiando cerca de 85 mil contribuintes. Os principais setores beneficiados foram: Tecnologia da Informação; *Call center*, Setor hoteleiro, Transporte (rodoviário, metrô, ferroviário, aéreo, marítimo), Construção Civil e obras de infraestrutura, Comércio varejista, Indústria (alimentos, máquinas, autopeças, produtos minerais, borracha, têxtil, vestuário, móveis, farmacêutico, celulose, produtos químicos e couros) (Brasil, 2013).

Entre as dez metas definidas para PBM ilustradas na tabela 1, destacam-se a ampliação do investimento fixo de 18,4% em 2010 para 22,4% do PIB em 2014; o aumento do dispêndio empresarial em pesquisa e desenvolvimento de 0,59% em 2010 para 0,90% do PIB em 2014 e o fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas inovadoras de um universo de 27,1 mil em 2008 para 58,0 mil em 2014.

Tabela 1 - Metas e resultados do Plano Brasil Maior.

Metas	2010	2014 (Meta)	2014 (Real)
Ampliar o investimento fixo (%/PIB).	18,40	22,40	19,90
Elevar dispêndio empresarial em P&D (%/PIB).	0,60	0,90	0,80
Aumentar a qualificação de recursos humanos (RH): trabalhadores da indústria com, pelo menos, nível médio (%).	53,70	65,00	54,81
Aumentar o valor da transformação industrial/valor bruto da produção (VTI/VBP) (%).	44,30	45,30	44,20
Elevar o percentual do VTI da indústria de alta e média-alta tecnologia/VTI total da indústria (%).	30,10	31,50	29,80
Aumentar em 50% o número de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) inovadoras (1 mil).	37.100	58.000	45.800
Diminuir o consumo de energia por unidade de PIB industrial (consumo de energia em tonelada equivalente de petróleo – tep).	150,7 tep/ R\$ milhão	137,7 tep/ R\$ mi- lhão	160,6 tep/ R\$ milhão
Ampliar a participação do país no comércio internacional (%).	1,40	1,60	1,20
Elevar participação nacional nos mercados de tecnologias, bens e serviços para energias: aumentar VTI/VBP dos setores ligados à energia (%).	64,00	66,00	n.d.
Ampliar o número de domicílios urbanos com acesso à banda larga – meta do Plano Nacional de Banda Larga (1 milhão).	13.800	40.000	24.000

Fonte: Silva (2020).

Concomitantemente ao lançamento do PBM, o governo pôs em marcha outras ações como o objetivo de melhorar competitividade do setor industrial e aumentar a demanda interna, a saber:

- a) redução da taxa básica de juros com o intuito de reduzir o custo de financiamento privado e do crédito das famílias;
- b) uso dos bancos públicos como instrumentos de forçar seus pares do setor privado a reduzir os *spreads* de suas operações reduzindo o custo do crédito para pessoa física e jurídica;
- c) desvalorização cambial assistida com o objetivo de melhorar a competitividade da indústria nacional no comércio internacional, intervenção direta nos preços administrados em especial no custo de energia;
- d) política fiscal marcada por ampla desoneração de tributos, conforme a dimensão estruturante do PBM, aumento do salário-mínimo e aumento de contribuição previdenciária (Chamiço, 2018).

O Plano Brasil Maior juntamente com as medidas supracitadas em conjunto com uma maior intervenção do Estado na economia ficou conhecido como a Nova Matriz Econômica (NME). O termo foi cunhado a partir da declaração do secretário de política econômica, Márcio Holland, para o jornal Valor Econômico em dezembro de 2012, de que o governo havia adotado uma “Nova Matriz” capaz de proporcionar o crescimento acelerado da economia através da combinação de juros baixos e política fiscal direcionada a promoção do investimento privado, com vista a acelerar a atividade econômica no curto prazo. Em conjunto, as ações da NME baseavam-se no diagnóstico de que a política econômica do governo Lula, embora exitosa, deixara ao governo Dilma uma “herança maldita” formada por uma combinação de altas taxas de juros em relação aos padrões internacionais e uma taxa de câmbio sobre apreciada o que, na visão desenvolvimentista, se constitui em um obstáculo fundamental para o desenvolvimento econômico do Brasil (Bresser-Pereira, 2012).

A Nova Matriz Econômica deveria corrigir tais distorções e promover o desenvolvimento do país através da melhoria da competitividade da indústria nacional. Contudo, o NME frustrou as expectativas do governo de começar pela efetividade do PBM. De acordo com Silva (2021), nenhuma das dez metas definidas no Plano Brasil Maior foi alcançada, a exemplo da ampliação do investimento fixo, cuja meta era de 22,40% do PIB e o resultado real alcançado foi de 19,90% do PIB em 2014.

Em alguns casos mostrados na tabela 1, o resultado ficou aquém dos valores de referência, como a participação do país no comércio internacional, cujo resultado real em 2014 foi de 1,2% para uma meta definida pelo Plano de 1,60%. Silva (2021) ressalta que a taxa de crescimento da indústria ficou abaixo

do esperado com PBM falhando em seu objetivo de melhorar a competitividade brasileira e promover a mudança estrutural no parque industrial nacional. Por consequência, a Formação Bruta de Capital Fixo apresentou um crescimento médio entre 2011-2014 de 2,3% do PIB enquanto entre 2007-2010 o desempenho foi de 10,0% (IBGE, 2015). Por seu turno, o crescimento das exportações teve um crescimento médio de 1,6% do PIB entre 2011-2014, contra a média de crescimento de 2,3% do PIB nos quatro anos anteriores. O PIB desacelerou ao longo de todo o primeiro mandato da presidente Dilma, com uma média de crescimento de 2,4% ao ano.

O Segundo mandato.

De acordo com Mello e Rossi (2017), o fracasso da política econômica comprometeu o nível de confiança dos agentes econômicos em relação a capacidade do governo em gerir a política de economia do país. O governo acreditava que a recuperação das contas públicas era crucial para recuperar a confiança do mercado e assim, o primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff foi marcado pelo: reajuste dos preços defasados; liberação da gestão da taxa de câmbio; retirada dos incentivos fiscais setoriais através da PL 863/2015; eliminação do crédito subsidiado e reorientação da política monetária para regra de Taylor. Paralelamente, já sobre a gestão de Joaquim Levy no Ministério da Fazenda, com o objetivo de recuperar o equilíbrio das contas públicas, foi promovida uma forte contração fiscal com o gasto público, desacelerando o PIB, que em 2014 era de 12,8%, e cai para 2,1% em 2015. Por consequência, em 2015, o PIB do país desacelerou para -3,5%, a dívida bruta do governo geral atinge 65,5% do PIB e a inflação extrapola o limite máximo da meta atingindo o valor de 10,67% a.a. Em 2016, o PIB caiu 3,5%, e a dívida bruta do governo geral subiu para 70% do PIB. Por sua vez, a inflação, que cedeu para 6,29% a.a., voltou a figurar dentro do regime de metas para a inflação. Em suma, o retorno a ortodoxia não melhorou o nível de endividamento, que durante a fase industrialista manteve-se dentro do regime de metas para a inflação, em 2015 extrapolou o limite máximo e a desaceleração econômica agravou para uma recessão durante os dois últimos anos do governo Dilma.

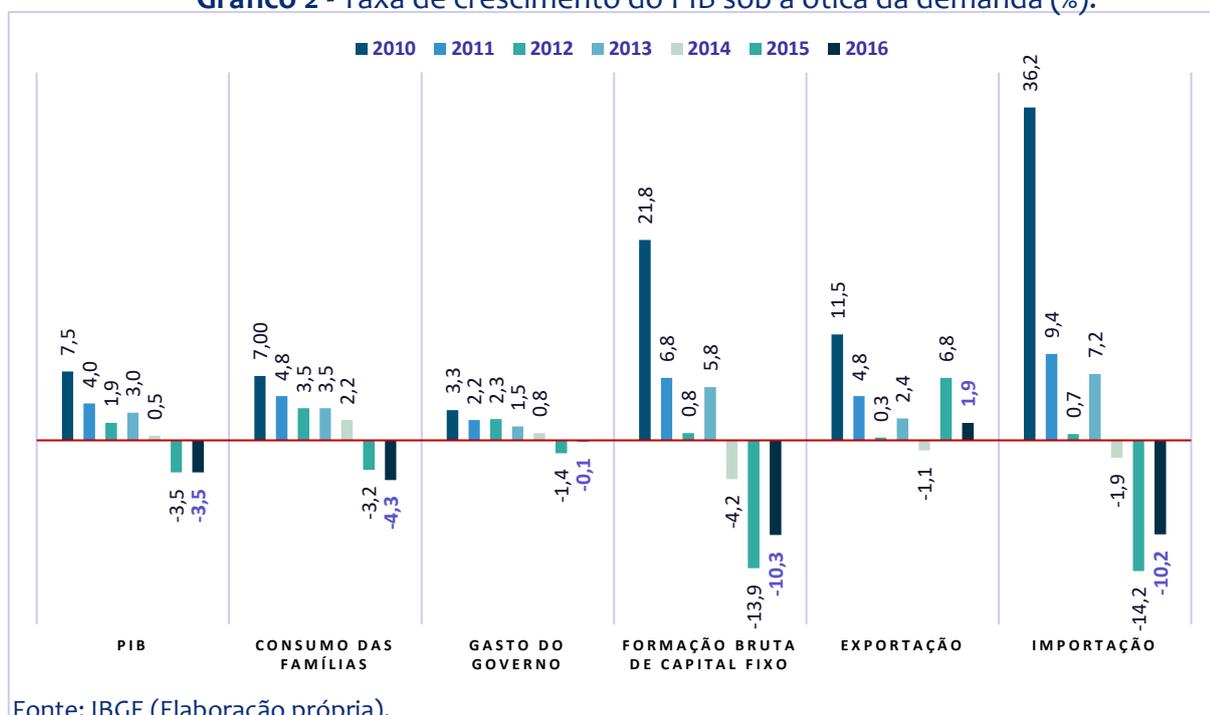
Desempenho dos Indicadores Macroeconômicos Essenciais.

Nesta seção, será analisado o desempenho dos principais indicadores macroeconômicos para os dois mandatos da presidente Dilma de maneira a identificar como a alternância da política econômica afetou a atividade em comparação com os resultados pretendidos.

Crescimento econômico, emprego e renda.

O desempenho da atividade econômica no primeiro ano do governo Dilma foi marcado por uma forte desaceleração, em face as medidas contracionistas tomadas nos primeiros meses do governo. Todos os componentes do PIB, sobre a ótica da demanda, desaceleraram em 2011. Como observado no gráfico 2, o ponto de destaque foi a forte desaceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF), que desacelerou de 21,8% em 2010 para 6,8% em 2011. Como esperado, o Gasto do Governo desacelerou de 3,3% em 2010 para 2,2% em 2011. As exportações em um contexto de queda no comércio internacional, frente a crise de 2008, caem em 2011 e as importações apresentam a maior contração entre as variáveis, saindo de 36,2% em 2010 para 9,4% em 2011. Ainda que a queda das importações represente uma redução no vazamento da demanda para o exterior, isso não foi suficiente para compensar a queda das demais variáveis e, por efeito, a atividade econômica em 2011 desacelerou para 4% comparado ao crescimento de 7,5% em 2010. Em resumo, o ano de 2011 apresenta uma desaceleração de todos os seus componentes em um ritmo compatível com o ajuste fiscal e monetário tomado nos primeiros meses de governo.

Gráfico 2 - Taxa de crescimento do PIB sob a ótica da demanda (%).



Durante a vigência da NME, 2012-2014, o PIB apresentou comportamento errático devido à falta de consistência no crescimento de todos os seus componentes, resultando em taxa de crescimento médio do PIB em 1,8% no período. Inicialmente observa-se que os estímulos ao crédito, a manutenção de baixo nível de desemprego e o aumento real do salário-mínimo não foram suficientes para alavancar

o Consumo das Famílias, pois em 2012 e 2013 o crescimento foi de modestos 3,5% vindo a desacelerar para - 4,2% em 2014. Os gastos do governo apresentaram trajetória de queda ao longo do período tendo o seu pior desempenho em 2014, quando desacelerou para 0,8%.

Dada a importância das variáveis FBKF e Exportações para a NME, observa-se a falta de efetividade dessa matriz em promover o crescimento da FBKF e das Exportações, pois ambas as variáveis apresentaram alguma reação positiva somente no ano de 2013 quando a FBKF cresceu 5,8% e as exportações cresceram modestos 2,4%, após fraco desempenho de 0,3% em 2012. Em 2014, o desempenho piora consideravelmente com a FBKF caindo 4,2% e as exportações em 1,1%, ficando o crescimento econômico apoiado apenas pelo exíguo desempenho do Consumo das famílias e o Gasto do Governo, resultando no pior desempenho econômico durante a vigência da NME com o PIB de 0,5% no referido ano.

O desmantelamento da NME e o forte ajuste fiscal e monetário realizado no início do segundo mandato da presidente Dilma contraiu a atividade econômica de maneira severa com PIB desacelerando para 3,5% em 2015. Com exceção das exportações, os demais componentes do PIB apresentaram trajetória negativa ao longo do ano de 2015.

A FBKF foi a variável que apresentou o pior rendimento, caindo 13,9% ao longo de 2015, sugerindo que o ajuste fiscal não fora capaz de recuperar a confiança dos empresários, agravando a queda dos investimentos, que em 2014 apresentava trajetória negativa. O Consumo das Famílias e os Gastos do Governo que, em 2014, eram as duas únicas variáveis com trajetória positiva, com o fim da NME o sentido de ambas inverteu para -3,4 e -1,4% respectivamente, deixando as exportações que no ano crescera modestos 6,8%, como o único componente a contribuir positivamente com o PIB.

Em 2016, a situação é semelhante com as exportações sendo o único componente em trajetória positiva, embora em ritmo modesto de 1,9%. A queda dos investimentos privados se intensifica com retração de 10,3%, seguido com Consumo das famílias em queda de 4,3% e o Gasto do Governo em retração de 0,1%. Como resultado o PIB cai 3,5% no ano dando continuidade ao ciclo de recessão econômica da economia brasileira, que durou do 2º trimestre de 2014 até o 4º trimestre de 2016 (Consideira; Trece, 2019).

Em 2011, apesar das medidas contracionistas e do impacto negativo sobre a atividade econômica, a taxa de desocupação e o rendimento real habitual, apresentado na tabela 2, apresentaram melhora

em relação ao ano de 2010: 4,70% contra 5,2% e R\$ 1.749,45 contra R\$ 1.515,10, respectivamente. Durante o período de vigência da Nova Economia, a taxa de desocupação seguiu em queda chegando a atingir em dezembro de 2013 o nível de 4,3%, a menor taxa já registrada desde o início da série histórica, iniciada em março de 2002, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Lisboa, 2014).

Em 2014, a taxa de desocupação manteve o resultado histórico de 2013, com o adicional que o rendimento real habitual atingiu o maior valor no período analisado, ficando em R\$ 2.373,02. Um aumento de 56,62% em relação ao rendimento real habitual de R\$ 1,515,10 de dezembro de 2010. Por seu turno, frente as medidas de austeridade tomadas no início do segundo mandato da presidente Dilma, a taxa de desocupação aumenta para 6,9%, em dezembro de 2015. Em 2016, o quadro de desemprego se agrava com a taxa de desocupação de 12% em dezembro do referido ano. Neste período, a tendência de alta do rendimento real habitual observada anos anteriores é descontinuada, ficando a variável com relativa estabilidade, apresentando discreta queda de 5,80% em 2015 com relação a 2014 e 5,17% em 2016 em relação a 2015. O salário-mínimo de 2010 a 2016 aumenta 72,54% passando de R\$ 510,00 para R\$ 880,00, respectivamente.

Tabela 2 - Taxa de Desocupação - Rendimento real habitual - Salário-mínimo (Brasil-2010/2016).

Ano	Taxa de desocupação	Rendimento real habitual	Salário-mínimo
2010	5,30%	R\$ 1.515,10	R\$ 510,00
2011	4,70%	R\$ 1.749,45	R\$ 545,00
2012	4,60%	R\$ 1.805,00	R\$ 622,00
2013	4,30%	R\$ 2.089,57	R\$ 678,00
2014	4,30%	R\$ 2.373,02	R\$ 724,00
2015	6,90%	R\$ 2.235,50	R\$ 788,00
2016	12,0%	R\$ 2.120,00	R\$ 880,00

Fonte: IBGE PNAD Contínua (Elaboração própria).

Outro ponto importante foi a evolução do emprego formal, definido pelo saldo resultante da diferença entre admissões e desligamento do mercado de trabalho em determinado período, que apresentou trajetória de queda, porém com saldos positivos durante o período de vigência da Nova Matriz Econômica.

Em 2011, frente as medidas contracionistas, o mercado de trabalho gerou 1.966.449 vagas, resultado 23% inferior ao saldo de 2010 que registrou 2.555.421 novas vagas de emprego. Em 2011, os setores de serviços, comércio e construção civil geraram 1.619.953 novas vagas, correspondendo a 82% do total no ano. A indústria de transformação, setor prioritário para a NME, criou 218.138 novas vagas, desempenho 60% inferior ao ano de 2010, quando foram geradas 544.367 vagas. Tomados em conjunto, entre 2011 e 2013, quando os saldos foram positivos, o setor da indústria de transformação segue com desempenho inferior ao apresentado em 2010, gerando apenas 431.882 vagas de emprego, valor inferior ao mostrado em 2010, o que mostra que o setor não reagiu adequadamente aos incentivos da NME, como também apresentou rendimento inferior ao observado antes da implantação da política industrial. No triênio 2011-2013, os setores de serviços, comércio e construção civil lideraram a criação de novos postos de trabalho ainda que com resultados menores ano após ano.

Em 2014, o desempenho do saldo dos empregos no mercado de trabalho apresentou piora significativa gerando apenas 391.008 vagas, valor 65% inferior ao registrado em 2012 quando foram geradas 1.117.171 novas vagas de emprego. Em 2014, o setor de construção civil passou a registrar saldo negativo, com 110.385 vagas, e a indústria de transformação teve o pior desempenho entre todos os setores ao desligar 166.520 trabalhadores a mais do que contratou no ano.

Os setores de serviços e comércio sustentaram o saldo total positivo em 2014, mesmo com valores inferiores aos registrados em 2013. Em 2015, frente a fase contracionista, apenas a agropecuária apresentou saldo positivo. Os setores de serviços e comércio passaram, pela primeira vez no período analisado, a demitir mais do que contratava, ao passo que a construção civil e a indústria de transformação intensificaram o processo de perda de postos de trabalho no país realizando 1.030.388 demissões do total de 1.552.953 desligamentos no ano. Em 2016, todos os setores da economia apresentaram o saldo negativo e o mercado de trabalho perdeu 1.321.994 postos de trabalho.

Tabela 3 - Evolução do Emprego Formal Setores da Economia – 2010-2016.

Nº de empregos formais (saldo)								
Tipo de Atividade		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Extrativa Mineral		17.715	19.538	11.106	2.680	-2.557	-14.166	-11.888
Indústria de Transformação		544.367	218.138	87.385	126.359	-166.520	-611.599	-322.526
Ser. Indu. Utilidade Pública		20.034	9.467	10.195	8.383	5.019	-8.310	-12.687
Construção Civil		334.311	225.145	148.114	107.024	-110.385	-418.789	-358.679
Comércio		611.900	459.841	383.426	301.095	184.154	-218.765	-204.373
Serviços		1.018.052	934.967	674.420	546.917	476.070	-278.490	-390.109
Administração pública		10.417	16.126	-2.447	22.841	7.114	-11.044	-8.643
Agropecuária		-1.375	83.227	3.378	1.872	-1.887	8.210	-13.089
Total		2.555.421	1.966.449	1.315.577	1.117.171	391.008	-1.552.953	-1.321.994

Fonte: CAGED (Elaboração própria).

Em resumo, pode-se concluir que, entre 2011 e 2014, o saldo de empregos formais gerado pelo mercado de trabalho, embora declinante, apresentava valores positivos em função dos saldos gerados pelos setores de serviços, comércio e construção civil, ao passo que o setor da indústria de transformação, prioridade da NME, teve um desempenho aquém do observado em 2010, frustrando as expectativas do governo perante a política industrial implementada no período, ainda que a renda e a taxa de desocupação apresentasse melhora ao longo do período.

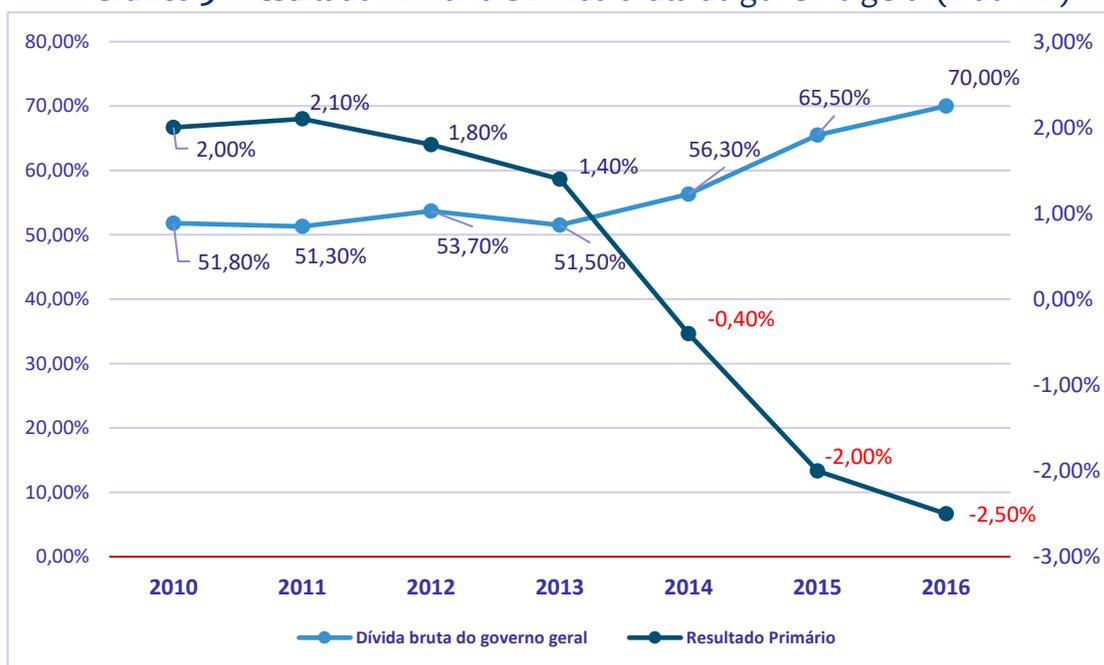
Com o fim da NME e a adoção das políticas restritivas em 2015, há uma deterioração na capacidade de geração de empregos formais da economia brasileira refletindo negativamente na taxa de desocupação do país e na renda da população com reflexos sobre a atividade econômica via consumo

das famílias, como visto na sessão anterior. Em seguida, serão analisados os desempenhos fiscal e monetário do governo Dilma Rousseff.

Desempenho fiscal, monetário e taxa de câmbio.

Conforme o Gráfico 3, que apresenta a evolução do Resultado Primário e da Dívida Bruta do governo geral⁴, a política fiscal contracionista adotada no início do governo Dilma promoveu melhora, ainda que tímida, no resultado primário com crescimento de 0,1% e na redução da Dívida Bruta do governo geral em 0,50%, em relação ao ano de 2010. Durante a vigência da NME, o resultado primário manteve-se positivo até 2013. Neste período o Superávit primário caiu de 2,10% do PIB em 2011 para 1,40% do PIB em 2013. Contudo, a Dívida Bruta manteve-se estável, com média 52% do PIB para os três anos. Em 2014, com a NME ainda em vigência, a diferença entre receitas e despesas do governo assumiu valor negativo gerando déficit primário de -0,40% do PIB e a Dívida Bruta do governo geral acelera para 56,30% do PIB no mesmo ano.

Gráfico 3 - Resultado Primário e Dívida bruta do governo geral (% do PIB).

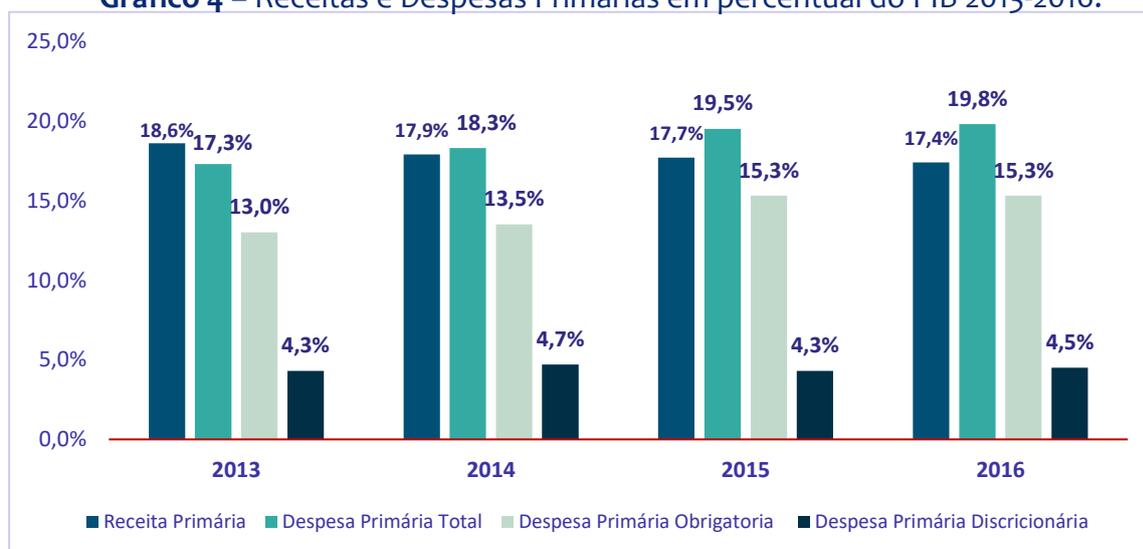


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Tribunal de Contas da União (TCU, 2017).

⁴ A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) abrange o total dos débitos de responsabilidade do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais, junto ao setor privado, ao setor público financeiro e ao resto do mundo. São incluídas também as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central com títulos públicos. Essas operações são incluídas porque apresentam estreita relação com a dívida do Tesouro Nacional, e sua inclusão na DBGG permite melhor acompanhar a situação fiscal do governo (BACEN, 2022).

Em 2015, a situação fiscal se agrava com a geração de *déficit* primário de -2,0% do PIB, ao passo que a Dívida Bruta do governo central acelera para 65,50% do PIB. Em 2016, a dívida pública chega a 70% do PIB frente ao *déficit* primário de -2,5% do PIB. Ao considerar o comportamento das receitas primárias em conjunto com as despesas primárias totais e seus componentes (despesas obrigatórias e discricionárias) (Gráfico 4), é possível inferir que o motivo para a deterioração fiscal, ocorrido a partir de 2014, deve-se a um descolamento significativo entre receitas e despesas primárias em percentual do PIB, em decorrência tanto da elevação das despesas primárias obrigatórias, quanto pela queda da arrecadação federal em virtude da crise econômica no período analisado (TCU, 2017). O aumento das despesas primárias deu-se majoritariamente devido o crescimento das despesas primárias obrigatórias, especialmente nos anos de 2015 e 2016.

Gráfico 4 – Receitas e Despesas Primárias em percentual do PIB 2013-2016.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Tribunal de Contas da União (TCU, 2017).

Para além dos efeitos da crise econômica sobre a arrecadação da União, faz-se necessário destacar a evolução da desoneração da folha de pagamento como uma política fiscal, promovido pelo governo no âmbito do PBM. Isso porque a ampliação da desoneração da folha de pagamento a diversos setores da economia, conforme já explanado, corresponde de forma direta a um aumento da renúncia fiscal com efeitos deletérios sobre a arrecadação da União e, conseqüentemente, sobre o resultado primário (Garcia; Leonetti, 2021). De acordo com a Tabela 4, em 2012, primeiro ano de vigência da política fiscal do PBM (Lei nº 12.546 de dezembro de 2011), as desonerações com a folha de pagamento alcançam o montante de R\$ 3,55 bilhões, contra 800 milhões em 2011.

Tabela 4 - Gastos tributários (2012 a 2016) R\$ Bilhões – Valores Constantes.

Modalidade	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Simples Nacional	45,8	51,59	56,12	58,28	72,44	74,57
Zona Franca de Manaus	21,26	21,66	22,65	23,58	27,81	26,76
Rendimentos Isentos e Não Tributáveis IRPF	20,57	22,05	22,84	18,38	20,72	20,62
Entidades sem Fins Lucrativos	17,12	17,2	18,76	19,12	22,32	14,53
Desoneração da Folha de Pagamento	0,08	3,55	5,22	22,71	22,39	14,53
Demais	64,51	66,8	78,17	93,53	116,75	119,99
Total	169,34	182,85	203,76	235,6	282,43	271,00
Desoneração em percentual do Total	0,047%	1,94%	2,56%	9,63%	7,92%	5,36%
Renúncia Fiscal em percentual do PIB	4,70%	4,90%	5,60%	5,20%	6,70%	6,10%

Fonte: Garcia; Leonetti (2021); RFB (Elaboração própria).

Em 2013, mediante a ampliação dos setores beneficiados através da Lei nº 12.792, de abril de 2013, o montante da renúncia fiscal sobe para R\$ 5,22 bilhões. Nesse ínterim a desoneração da folha de pagamento, em percentual do PIB, cresce de 0,047% em 2011 para 2,56% em 2013. Em 2014, quando o país começa a registrar déficit primário, o gasto tributário com a desoneração da folha de pagamento cresce 335% atingindo o montante de R\$ 22,71 bilhões, o que equivale a 9,63% do PIB no ano. Em 2015, em um contexto de recessão econômica, o montante em renúncias fiscais com desoneração da folha de pagamento é de R\$ 22,39 bilhões, equivalendo a 7,92% do PIB no ano.

Com o fim da concessão do benefício fiscal em novembro de 2015, através da PL 863/2015, o gasto do governo com desonerações da folha de pagamento cai para R\$ 14,5 bilhões em 2016, o que reduz a sua participação para 5,36% do PIB do ano. Bom notar que apesar dos valores expressivos concedidos às empresas de vários ramos da atividade econômica, isso não evitou que o saldo da evolução

dos empregos formais apresentasse comportamento declinante ao longo do período. Especialmente em 2015, com exceção da agropecuária, todos os setores apresentaram saldo negativo. Esse quadro se agravou em 2016, quando todos os setores apresentaram saldo negativo na geração de empregos formais na economia, contribuindo para que o nível de desocupação no país passasse da histórica marca de 4,3% em 2014 para 12% em dezembro de 2016.

Quanto a política monetária, Pires e André (2015) apontam que ela foi marcada por sucessivas mudanças da taxa básica de juros, Selic, estabelecendo a existência de quatro fases. A primeira fase ocorreu nos primeiros sete meses do governo, mantendo a tendência de elevação da taxa de juros que vinha ocorrendo nos últimos oito meses do governo Lula. Assim, a taxa básica de juros sobe de 10,75% a.a. em dezembro de 2010 para 12,5% a.a. em julho de 2011. A segunda fase correspondeu ao processo de redução da taxa básica no âmbito da NME e ocorreu entre agosto de 2011 até outubro de 2012, quando a Selic atingiu seu ponto mais baixo, 7,25% a.a.

A terceira fase corresponde a manutenção da taxa de juros no patamar historicamente reduzido até abril de 2013, quando se inicia a quarta etapa, onde a política monetária volta a ser conduzida nos moldes da ortodoxia, chegando a 11% a.a. em junho de 2014. Em relação aos efeitos da alternância na trajetória da taxa básica de juros sobre a estabilidade de preço, observa-se que, durante os seis anos de mandato da presidente Dilma Rousseff todas as metas de inflação foram de 4,5% com limite inferior de 2,5% e superior de 6,5% conforme as respectivas definições do Comitê de Política Monetária (Tabela 5). Desta forma, entre 2011 e 2014, a inflação efetiva manteve-se dentro do regime de metas para a inflação, ainda que distante do centro da meta e muito próximo ao limite superior de 6,5% como em 2011 (6,5%) e 2013 (6,41%).

Tabela 5 - Metas para inflação (2011 a 2016).

Ano	Resolução CMN	Centro da Meta (%)	Intervalo de tolerância	Inflação efetiva (Variação do IPCA, %)
2011	Nº 3.748	4,5	2,5-6,5	6,50
2012	Nº 3.880	4,5	2,5-6,5	5,84
2013	Nº 3.991	4,5	2,5-6,5	5,91
2014	Nº 4.095	4,5	2,5-6,5	6,41
2015	Nº 4.237	4,5	2,5-6,5	10,67

2016	Nº 4.345	4,5	2,5-6,5	6,29
------	----------	-----	---------	------

Fonte: BACEN (Elaboração própria).

Em 2015, a inflação efetiva, de acordo com a Resolução CMN nº 4.237, foi de 10,67%, extrapolando o limite superior da meta. Entre os componentes do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPAC) que contribuíram para o não cumprimento da meta de inflação em 2015, estão: o reajuste dos preços administrados no período, os preços livres e o repasse cambial (BACEN, 2014). Em 2016, o componente ‘expectativas de inflação’ apresentou trajetória de significativo declínio, o que combinado com a taxa de câmbio, que passou de um fator inflacionário em 2015 para deflacionário em 2016, colaboraram para que a inflação retornasse para o controle do regime de metas ao ceder para 6,5% no ano (BACEN, 2016). Desta forma, durante o período em que a taxa básica de juros foi reduzida e posteriormente mantida no patamar de 7,5% a.a., a inflação efetiva foi mantida dentro do intervalo de tolerância, ainda que por vezes gravitando o limite da meta. A inflação fica fora do regime de metas somente em 2015, em função do reajuste dos preços administrados e repasse cambial oriundo do choque promovido pelo governo no início do segundo mandato.

A taxa de câmbio ao longo do primeiro mandato do governo Dilma Rousseff apresentou trajetória de desvalorização do real. Entre 2011 e 2014 a taxa de câmbio passou de R\$ 1,65/US\$ em janeiro de 2011 para R\$ 2,65/US\$ em dezembro de 2014, uma desvalorização de 60,61% (IPEA, 2023). Porém, em 2015 a desvalorização do Real foi muito mais intensa passando de R\$ 2,69/US\$ em janeiro para R\$ 3,90/US\$ em dezembro, uma desvalorização de 45% no ano. Em dezembro de 2016 a taxa de câmbio cede de R\$ 4,01/US\$ em janeiro para R\$ 3,25/US\$ em dezembro, uma apreciação de 19%. É importante ressaltar que embora a desvalorização cambial, ocorrida entre 2011 e 2014, não logrou a alavanca das exportações do país; ao mesmo tempo em que a inflação se manteve dentro do regime de metas. Em 2015, frente a forte desvalorização cambial, o IPCA extrapolou o limite máximo do regime de metas, ao passo que em 2016 a desvalorização cambial contribuiu para que o IPCA cedesse para dentro do regime de metas.

Conforme apresentado neste artigo, a denominada Nova Matriz Econômica logrou pouca efetividade para impulsionar o desenvolvimento econômico baseado na promoção da indústria e das exportações, haja visto o fraco desempenho de todos os componentes da atividade econômica no período, especialmente se comparados ao governo anterior, cujo sucesso econômico o novo governo intentava ampliar. Contrariando as expectativas gerais, não apenas o crescimento foi aquém do esperado, como a economia entrou em ciclo de recessão em 2015, o que custou o cargo da presidente

Dilma em agosto de 2016. A disparidade entre as metas do governo com a Nova Matriz Econômica e os resultados obtidos revela a complexidade das causas que podem explicar o que levou ao fracasso do plano, e, evidentemente, sua resposta não é algo simples.

REFERÊNCIAS

AMADO, A. M.; MOLLO, M. L. R. Ortodoxia e heterodoxia na discussão sobre integração regional: a origem do pensamento da CEPAL e seus desenvolvimentos posteriores. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 129-156, mar. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/3jhLxJgsNx-FVXQzVjFhv8mv/?lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. Perspectivas para Inflação. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Relatório de Inflação**, Brasília, v. 18, n. 4, p. 41-49, dez. 2016. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/201612/RELINF201612-ri201612c2p.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. Resolução nº 4.327, de 25 de abril de 2014. Dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Diário Oficial da União**, de 28 abr. 2014, Seção 1, p. 22, 2014. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2014/pdf/res_4327_v1_O.pdf. Acesso em: 06 dez. 2023.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - BNDS. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Relatório Anual**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/931/4/RA2012_final_BD.pdf. Acesso em: 06 dez. 2023.

BARBOSA FILHO, F. H. Crises econômicas e política de 2015: origens e consequências. **Conjuntura Econômica**, [S.l.], set. 2015. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rce/article/view/57758>. Acesso em: 08 dez. 2023.

BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 51-60, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/BD4Nt6NXVr9y4v8tqZLJnDt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2023.

BASTOS, P. P. Z. Ortodoxia e heterodoxia antes e durante a era Vargas: contribuições para uma economia política da gestão macroeconômica nos anos 1930. **Texto para Discussão. IE/UNICAMP**, Campinas, n. 179, jun. 2010. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1809/texto179.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2023.

BIELSCHOWSKY, R. **Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil**: um desenho conceitual. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2013 (Texto para discussão).

CHAGAS, L. O impeachment de 2016 no contexto das crises presidenciais da América Latina. **Revista Compólitica**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 105-119, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2965>. Acesso em: 06 dez. 2023.

CHAMIÇO, E. D. **A nova matriz econômica**: uma interpretação. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2018.

CONSIDERA, C; TRECE, J. Economia continua travada. In: **Portal IBRE FGV**, 02 abr. 2019. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/economia-continua-travada>. Acesso em: 08 dez. 2023.

CORRÊA, F. H. C. **A controvérsia da política industrial no governo Dilma**. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Economia, Florianópolis, 2022.

COSTA, F. N. **Ortodoxia x Heterodoxia em economia**. Tradução de extratos do livro História do Pensamento Econômico, coautoria de Harry Landreth & David C. Colander. [S.l.]: [S.n], 2021. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2021/09/fernando-nogueira-da-costa.-ortodoxia-x-heterodoxia-na-economia.-set-2021.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2023.

CURADO, M. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 609-640, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/pcQmCCsX3myxmZS3Hd9DYZt/?format=pdf>. Acesso em: 08 dez. 2023.

GIAMBIAGI, F. **Economia brasileira contemporânea (1945-2015)**. 3. ed. reimp. Rio de Janeiro: GEN | Grupo Editorial Nacional. Publicado pelo selo Editora Atlas, 2021.

GARCIA, V.; LEONETTI, C. A. O controle e a avaliação pelo tribunal de contas da união das políticas públicas implementadas por desonerações tributárias no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 11, n. 1, abr. 2021. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/6748>. Acesso em: 08 dez. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HEGELE, F. Ortodoxia e heterodoxia na economia: um debate sobre as consequências da PEC do teto dos gastos públicos. **Revista Iniciativa Econômica**, Araraquara, v. 3 n. 1, p. 95-116, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iniciativa/article/view/9598>. Acesso em: 08 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?edicao=20932>. Acesso em: 09 dez. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA - IPEA. **Valor econômico**: Brasil 2011 a 2014. **Site IPEA**. 2023.

LIMONGI, F. Impedindo Dilma. **Novos estud. II CEBRAP**, São Paulo, especial, p. 5-13, jun. 2017. Disponível em: <https://novosestudios.com.br/wp-content/uploads/2017/06/IMPEDINDO-DILMA-Fernando-Limongi.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2023.

LISBOA, V. Desemprego em 2013 é o menor dos últimos 11 anos. In: **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 30 jan. 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-01/denise-desemprego-fecha-2013-com-menor-media-anual-da-serie-historica#>. Acesso em: 08 dez. 2023.

LISBOA, M. B.; PESSÔA, S. Crítica ao novo-desenvolvimentismo. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, pp.181-189, jul./dez. 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/plugin-file.php/8106780/mod_resource/content/1/Lisboa%20e%20Pessoa%20Critica%20oa%20novo%20de-senvolvimentismo.pdf. Acesso em: 08 dez. 2023.

LISBOA, M.; PESSÔA, S. **O valor das ideias**: debates em tempos turbulentos. São Paulo: Companhia da Letras, 2019.

LOURENÇO, A. C.; TAYRA, F. A política econômica brasileira sob Guido Mantega: 2006 / 2014. **Nexus Econômicos**, Salvador, v. 15, n. 2, p. 8-28, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/44532>. Acesso em: 08 dez. 2023.

MATTEI, L. Gênese e agenda do Novo Desenvolvimentismo brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S.l.], v. 33, n. 1, p. 41-59, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/rep/a/cB7gfmGSFrtFkFvdSJtqbKS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2023.

MELLO, G.; ROSSI, P. Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma. **Texto para discussão**, jun. 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3538&tp=a>. Acesso em: 08 dez. 2023.

MOLLO, M. L. R.; FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo e Novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 222-239, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/rep/a/Kh3cBfCk5QQttgnC7C7zVnC/>. Acesso em: 08 dez. 2023.

MORAES, I. A. A macroeconomia do Social Desenvolvimentismo: um estudo da rede desenvolvimentista. **Economia & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 2, p. 279-95, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/ecos/a/r8Ms8tYhwr5KXHZbMYPhkbf/>. Acesso em: 08 dez. 2023.

NASSIF, A. **Desenvolvimento e estagnação**: o debate entre desenvolvimentistas e liberais clássicos. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.

OLIVEIRA, P. H. D. R. **Heterodoxia, Ortodoxia, Mainstream e Pluralismo**: perspectivas para A Ciência Econômica. Monografia. (Graduação em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

OREIRO, J. L.; Feijó, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/rep/a/rLLpcPDRQVXPj5BskzHqLqx/>. Acesso em: 08 dez. 2023.

PÉREZ-LIÑAN, A. O impeachment de 2016 no contexto das crises presidenciais da América Latina. **Revista Compólitica**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 105-119, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2965>. Acesso em: 08 dez. 2023.

PESSÔA, S. A crise atual. **Novos Estudos CBRAP**, v. 34, n. 2, jul. 2015. Disponível em: <https://novos-estudos.com.br/produto/edicao-102/#gsc.tab=0>. Acesso em: 08 dez. 2023.

PIRES, J. M.; ANDRÉ, G. F. Caminhando em círculo: idas e vindas da política econômica do governo Dilma. **Pesquisa & Debate**, v. 26, n. 1, p.197-215, 2015.

ROSSI, P. Regime Macroeconômico e o Projeto Social-Desenvolvimentista. **Discussion Papers**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2015.

SENADO FEDERAL. Íntegra do discurso da presidente Dilma Rousseff na cerimônia de posse. In: **Agência do Senado**, Brasília, 01 jan. 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/01/integra-do-discurso-da-presidente-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SENADO FEDERAL. Cumprimento do teto de gastos – EC nº 95/2016. In: **Agência do Senado**, Brasília, 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/transparencia/orcamento-e-financas/safin/cumprimento-do-teto-de-gastos-2013-ec-no-95-2016#>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SILVA, T. H. C. **Avaliação do Plano Brasil Maior para o setor siderúrgico**: uma análise de custo-efetividade. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Planejamento e Estratégias do Desenvolvimento) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2018.

SOUZA, A. M.; SILVA, J. A. Doença Holandesa e Desindustrialização no Brasil: 1995-2014. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, 2017. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/3838>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SOUZA, B. F.S. F. **Impacto da nova matriz econômica na geração de crescimento, à luz de duas escolas heterodoxas**. Monografia (Graduação em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SPOSITO, T. C. O. A economia brasileira na literatura econômica: convergências e divergências nas abordagens ortodoxa e heterodoxa. **Revista Pesquisa e Debate**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 63, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/60607>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Singer, A. Cutucando onça com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos** 02. junho 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU. **Política Fiscal e Dívida Pública**. Brasília, 2017. Disponível em: https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2017/3_Politica%20fiscal%20e%20divida%20publica_2017_WEB.PDF. Acesso em: 07 dez. 2023.

TREGENNA, F. Characterising deindustrialisation: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, n. 3, p. 433–466, 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23601756>. Acesso em: 10 dez. 2023.

VICTORINO, M. N. **Uma avaliação do governo Dilma com foco em seu programa de governo.** Monografia (Graduação em Economia e Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2019.

VIGNOLI, F. H. *et al.* **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Saraiva, 2017.